

Privatização Olímpica¹

(*) João Roberto Lopes Pinto

As mudanças por que passa o Rio de Janeiro, desde que se tornou sede dos megaeventos esportivos – Copa do Mundo e Olimpíadas – apontam para uma ampliação sem paralelo da privatização e elitização da cidade. Os movimentos nesta direção são tão sistemáticos e organizados que é justo dizer que está em curso um “projeto olímpico”, de elevação ao “olimpico” os interessados privados em detrimento dos direitos de todos à cidade.

Privatização pelo lado da oferta de equipamentos e serviços sociais em áreas privilegiadas da cidade por grandes grupos privados, que ganham na construção ou reforma do equipamento e na prestação do serviço, via as Parcerias Público-Privadas – note-se que muitos dos grupos beneficiados são os mesmos das denúncias de corrupção na Operação Lava-Jato. Elitização, pela ponta do “consumo”, onde se beneficiam aqueles com maiores condições de acessar estes bens e serviços, por conta do local de moradia e da renda; e por meio da expulsão de famílias de seus locais de moradia, via intensa especulação imobiliária ou remoções forçadas – neste caso, calcula-se 8 mil famílias diretamente atingidas.

O Instituto Mais Democracia realizou, em parceria com o Comitê da Copa e Olimpíadas do Rio e a Fundação Rosa Luxemburgo, um estudo em 2013 sobre “Quem são os donos do Rio?”, onde já apontava a presença ostensiva nos grandes projetos pela cidade de quatro grandes empreiteiras – Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e OAS –, sugerindo a formação de cartel nos processos licitatórios². Recentemente, atualizamos este levantamento, considerando apenas os empreendimentos relativos à Copa e às Olimpíadas, apresentado no quadro abaixo. Destaque para a presença da Queiroz Galvão, ausente do primeiro levantamento, e que assume uma importância maior que a Camargo Correa, além do fato que só a Odebrecht está em mais de 70% dos 21 empreendimentos listados.

¹ Uma versão condensada deste artigo foi publicada pelo jornal O Dia (ver em <http://odia.ig.com.br/noticia/opiniao/2015-06-04/joao-roberto-lobes-pinto-privatizacao-olimpica.html>)

² Ver em <http://www.corecon-rj.org.br/documents/11827/13232/Os+donos+do+Rio/5651d2a8-5f6c-4d1a-80e6-5aed23090277>

Presença das cinco maiores empreiteiras brasileiras nas obras e no controle de empreendimentos relativos aos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro

Empreendimentos / Empreiteiras**	Odebrecht	OAS	Andrade Gutierrez	Queiroz Galvão	Camargo Correa
Metrô Rio	O	C/O*		O	
Teleférico do Alemão	C/O	O			
VLT no Centro do Rio	O	O	O		O
Maracanã	C/O		O		
Parque Olímpico	C/O		C/O		
Parque Olímpico de Deodoro		C/O		C/O	
Vila dos Atletas	C/O				
Transolímpica	C/O	C/O	C/O		C/O
Transcarioca		O	O		
Transbrasil	O	O		O	
Barcas SA			C		C
Despol das Lagoas da Barra e Jacarepaguá		O	O	O	
Porto Maravilha	C/O	C/O			
PAC Manguinhos			O		
PAC do Alemão	O				
PAC Rocinha				O	
Engenhão	O	O			
Aeroporto Galeão	O				
Dupl. do Elevado do Joá	O				
Centro de Mídia	O		O	O	
Saneamento Z. Oeste	C/O			C/O	
Participação no Total (21)	15 (71%)	10 (48%)	9 (43%)	7 (33%)	3 (1,5%)

* C – Controle / O – Obra

** Além destas cinco grandes empreiteiras, figuram também outras de médio porte, especialmente, Carioca, Cowan, Delta e EIT Engenharia, além das incorporadoras Carvalho Hosken, RJZ Cyrela, João Fortes – além da holding RioPar, por meio da qual a Fetranspor, controlada pela Família Barata financeiriza a atividade de transporte público no Rio de Janeiro.

Outro importante destaque se refere ao fato, já mencionado, de que as cinco empreiteiras são citadas na operação Lava-Jato da Polícia Federal, que investiga casos de fraude em licitações e corrupção ativa em contratos com a Petrobras. O Ministério Público já apresentou denúncias de irregularidades nas licitações de, pelo menos, quatro empreendimentos – Despoluição das Lagos da Barra e Jacarepaguá, PAC Favelas, Maracanã, Porto Maravilha. Como já havíamos suposto no trabalho anterior, estas empreiteiras estariam, ao que tudo indica, operando o mesmo esquema de cartel no caso dos contratos relativos aos megaeventos esportivos junto ao Governo do Estado e Municipal do Rio de Janeiro.

A concessão de equipamentos e serviços sociais para estes mesmos grupos, por meio das Parcerias Público-Privadas, representa o verdadeiro “legado” para a cidade: a apropriação do fundo público; o encarecimento dos serviços; a especulação imobiliária; a não cobertura de serviços essenciais para as populações que mais precisam deles; a remoção forçada de famílias nas áreas de expansão dos investimentos (Barra, Recreio, Centro, Zona Portuária, Maracanã); e a transferência da gestão de parte do território da cidade para a iniciativa privada.

Os corredores de transporte construídos ou em construção no período – Transcarioca, Transoeste, Transolímpica e Transbrasil – tem a Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes como ponto de partida ou destino. A mesma coisa vale para a Linha 4 do Metro, que completa o percurso da orla carioca, de Ipanema em direção à Barra. Ao mesmo tempo, as construtoras responsáveis pelas obras – notadamente Odebrecht, Camargo Correa, OAS, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão – tendem a ser também as operadoras dos serviços, como no caso da OAS no Metro, via Invepar, ou da Transolímpica, onde as quatro primeiras estão na construção e operação do BRT – o mesmo acontecendo na concessão do VLT do Centro, em que figura também a Riopar, *holding* controladora das empresas de transporte na cidade.

Vale notar que as obras e exploração do “Porto Maravilha” que será para consumo de poucos, estão a cargo da Odebrecht, OAS e Carioca, por meio de uma concessão que praticamente transfere para mãos privadas a gestão do território da Zona Portuária. Nos contratos com o Consórcio Porto Novo, a Prefeitura transfere nada mais nada menos que a implementação e exploração de serviços de limpeza pública, saneamento, iluminação, telecomunicações, gás natural etc. Esta que é maior PPP do País parece também inaugurar uma nova forma de gestão “pública”, em que se terceiriza a administração de parte do município para a iniciativa privada, uma espécie de “subprefeitura” comandada por empresas.

E tudo isso sob o argumento da Prefeitura de não comprometimento de fundos públicos. Algo que seria cômico se não fosse trágico. Os investimentos no Porto Maravilha só estão sendo possíveis com a injeção pela Caixa Econômica de R\$ 3,4 bilhões, na compra dos chamados Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACS). O retorno destes recursos para os cofres públicos fica, então, na dependência da valorização dos CEPACS, a partir da esperada especulação imobiliária naquela área da cidade. Neste caso, assiste-se, mais do que privatização, a financeirização da gestão da cidade, lastreada pela crescente especulação sobre o solo urbano.

Outro exemplo é o da privatização do saneamento da Zona Oeste, que passou da Cedae para o controle da Foz Águas 5, consórcio formado pela Foz do Brasil de propriedade da Odebrecht e Águas do Brasil, controlada pela Queiroz Galvão. O Anexo 5 do contrato de concessão estabelece que loteamento irregulares e favelas não

serão contemplados nas metas de cobertura do serviço de saneamento, ou seja, exatamente onde se concentra a população mais afetada pela falta de saneamento.

Chama a atenção que a modelagem desta concessão, apontada como a maior do País no setor de saneamento, foi realizada pelo BNDES, por meio da Estruturadora Brasileira de Projetos. Cabe, pois, indagar o quanto na modelagem da PPP este banco público buscou assegurar o direito ao saneamento ou, antes, o retorno financeiro das concessionárias.

Vale destacar, ainda, os contratos entre a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, com a Prefeitura e o Governo do Estado. A Fundação tem acordos celebrados, com dispensa de licitação, para a restauração, bem como a gestão dos principais equipamentos culturais construídos no período: o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, ambos na Zona Portuária; e o Museu da Imagem e do Som, em Copacabana. Para além do controle da oferta de serviços culturais, corre-se aí o risco de termos a própria memória audiovisual e radiofônica sob os limites de uma gestão privada.

E é com este “projeto olímpico” que o PMDB do Rio, o mesmo responsável pelo atual avanço da agenda conservadora no Congresso, pretende se relançar à Prefeitura do Rio, nas eleições municipais do próximo ano; e, pior, lançar-se como alternativa no cenário nacional em 2018. Com a palavra, a população do Rio!

(*) Professor da Escola de Ciência Política da UNIRIO e coordenador do Instituto Mais Democracia.